

IMPOSTOS, TAXAS E TARIFAS

(De harmonia com a alínea a) do ponto 3.3.1 do POCAL)

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE				Ano	2024	
(Designação da autarquia local)						
Classif.	Designação	out/21 a dez/21	2022	jan/23 a set/23	Metade out/21 a set/23	Obs
010202	Imposto municipal sobre imóveis	658 105	2 102 625	1 445 304	2 103 017	
010203	Imposto único de circulação	118 541	557 202	464 854	570 298	
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	340 733	1 916 661	1 521 874	1 889 634	
010205	Derrama	17 949	249 032	253 469	260 225	
01020701	Contribuição autárquica	0	0	0	0	
01020702	Imposto municipal de sisa	0	0	0	0	
04012301	Mercados e feiras	0	0	0	0	
04012302	Loteamentos e obras	28 805	106 049	139 523	137 188	
04012303	Ocupação da via pública	703	41 280	46 808	44 395	
04012304	Canídeos	480	932	372	892	
04012306	Saneamento	0	0	0	0	
04012308	Taxa municipal de direitos de passagem	4 986	11 709	8 016	12 355	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	465	1 331	419	1 107	
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	2	102	170	137	
0401239904	Taxa Turística	0	0	0	0	
0401239906	Publicidade	2 425	32 363	30 082	32 435	
0401239907	Utilização da rede viária municipal	0	0	0	0	
0401239999	Outros	3 044	6 197	1 255	5 249	
040201	Juros de mora	14 425	29 492	12 273	28 095	
040202	Juros compensatórios	199	1 284	392	938	
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	111	5 021	1 496	3 314	
040299	Multas e penalidades diversas	0	500	212	356	
070102	Livros e documentação técnica	278	872	570	860	
070103	Publicações e impressos	72	180	45	149	
070105	Bens inutilizados	60	454	446	480	
07010899	Outros	248	4 947	1 324	3 259	
07011102	Água	705 480	2 521 356	1 834 556	2 530 696	
07011103	Electricidade	0	0	0		Foi colocado no Orçamento 2024 123,00€ que corresponde ao valor cobrado em 2023 e o previsto até final do ano
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	143 726	583 288	442 224	584 619	Foi colocado no Orçamento 2024 589.632,00€ que corresponde ao valor cobrado em 2023 e o previsto até final do ano, uma vez que no ano 2021 foram aplicadas medidas de redução da receita de apoio ao covid.
070203	Vistorias e ensaios	50	350	150	275	
0702080299	Outros	0	88 212	77 592	82 902	Foi colocado no Orçamento 2024 103.456,00€ que corresponde ao valor cobrado em 2023 e o previsto até final do ano, uma vez que no ano 2021 foram aplicadas medidas de redução da receita de apoio ao covid.
0702080399	Outros	5 563	19 824	14 655	20 021	

07020901	Saneamento	43 853	171 947	129 518	172 659	Foi colocado no Orçamento 2024 172.691,00€ que corresponde ao valor cobrado em 2023 e o previsto até final do ano, uma vez que no ano 2021 foram aplicadas medidas de redução da receita de apoio ao covid.
07020902	Resíduos sólidos	225 696	935 096	718 999	939 896	Foi colocado no Orçamento 2024 958.666,00€ que corresponde ao valor cobrado em 2023 e o previsto até final do ano, uma vez que no ano 2021 foram aplicadas medidas de redução da receita de apoio ao covid.
07020904	Trabalhos por conta de particulares	11 634	20 759	13 587	22 990	
07020905	Cemitérios	5 962	11 340	5 858	11 580	
07020906	Mercados e feiras	1 081	17 769	14 848	16 849	
07020907	Parques de estacionamento	5 974	25 572	15 962	23 754	
07020908	Parques de campismo	0	0	0	0	
07020909	Canídeos e gatídeos		0	0	0	
07020999	Outros	0	3	4	4	
07029999	Outros	2 708	17 812	15 239	17 879	
070301	Habitações	36 998	165 030	127 787	164 908	Foi colocado no Orçamento 2024 170.383,00€ que corresponde ao valor cobrado em 2023 e o previsto até final do ano, uma vez que no ano 2020 foram aplicadas medidas de redução da receita de apoio ao covid.
070302	Edifícios	1 879	18 731	33 440	27 025	Foi colocado no Orçamento 2024 44.586,00€ que corresponde ao valor cobrado em 2023 e o previsto até final do ano, uma vez que no ano 2020 foram aplicadas medidas de redução da receita de apoio ao covid.

Nos termos da alínea a) do ponto 3.3.1 DL 54-A/99 (POCAL), de 22 de Fevereiro, alterada pelo DL 84-A/2002 de 5 de Abril, não revogada pelo DL 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP), as importâncias relativas a impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento, excepto no que respeita a receitas novas ou a actualizações dos impostos, bem como dos regulamentos das taxas e tarifas que já tenham sido objecto de deliberação, devendo-se, então, juntar ao orçamento os estudos ou análises técnicas elaborados para determinação dos seus montantes.